



**CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS**

**EDUARDO HENRIQUE MARTINS PEREIRA**

**(depoimento)**

**2016**

**CEME-ESEF-UFRGS**

## FICHA TÉCNICA

**Projeto:** Garimpendo Memórias

**Número da entrevista:** E-738

**Entrevistado:** Eduardo Henrique Martins Pereira

**Nascimento:** 01/02/1984

**Local da entrevista:** Prefeitura Municipal de Ipatinga

**Entrevistadoras:** Pamela Siqueira Joras e Rejane Rodrigues

**Data da entrevista:** 17/10/2016

**Transcrição:** Luiza Loy Bertoli

**Copidesque:** Suellen dos Santos Ramos

**Pesquisa de termos:** Suellen dos Santos Ramos

**Revisão Final:** Silvana Vilodre Goellner

**Total de gravação:** 41 minutos e 31 segundos

**Páginas Digitadas:** 14 páginas

### Observações:

Entrevista realizada para o projeto *Memórias do Programa Esporte e Lazer da Cidade/Vida Saudável* desenvolvido pelo Centro de Memória do Esporte.

\* Esse documento tem como base as orientações do “*Manual prático para esclarecimento de procedimentos básicos a serem realizados nas entrevistas*” versão de 2016, desenvolvido pelo GRECCO – Grupo de Estudos em história, Cultura e Esporte, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O Projeto Garimpendo Memórias está autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins de pesquisa acadêmica, extensão e ensino, esta entrevista de cunho documental e histórico. É permitida a citação, no todo ou em parte, desde que a fonte seja mencionada.

Como citar: PEREIRA, Eduardo Henrique Martins. Entrevista concedida por Eduardo Henrique Martins Pereira ao Projeto Garimpendo Memórias. Entrevistadoras: Pamela Siqueira Joras e Rejane Rodrigues. UFRGS, Ipatinga (MG), 17 out. 2016, 17.p.

## **Sumário**

Formação acadêmica; Envolvimento com esporte; Programa Esporte e Lazer da Cidade; Projeto piloto de Ipatinga; Atuação como agente social; Esporte e Lazer; População atendida pelo Programa Esporte e Lazer da Cidade; Envolvimento com o Programa Esporte e Lazer da Cidade; Avaliação do Programa Esporte e Lazer da Cidade; Sugestões para a qualificação do Programa.

Ipatinga, 17 de outubro de 2016. Entrevista com Eduardo Henrique Martins Pereira a cargo das pesquisadoras Pamela Siqueira Joras e Rejane Penna Rodrigues para o Projeto Garimpando Memórias.

P.J. – Eduardo, queria te agradecer por essa conversa com a gente. E eu queria que tu começasse falando um pouquinho da tua formação.

E.P. – Hoje eu sou estudante de Administração, estou cursando o sexto período em Administração.

P.J. – E o teu envolvimento com essa temática do esporte e do lazer, como é que ela apareceu na tua vida?

E.P. – Eu sou ex-atleta de judô, atleta de rendimento, entrei com cinco para seis anos de idade, sempre fui atleta de rendimento, até por volta dos meus dezesseis anos, e por motivos diversos, parei com a atividade esportiva, fiquei um tempo fora, era um grande clube aqui na região que sempre ganhou vários títulos a nível estadual e nacional, e quando retomei ao esporte, por volta dos meus dezoito anos, dezessete para dezoito anos, eu entrei em um projeto social da prefeitura de Ipatinga que era um espaço chamado Sete de Outubro.<sup>1</sup> Essa projeto era em um espaço público que tinha diversas modalidades, eu retornei a praticar judô, saí desse grande clube, fiquei um tempo fora e retornei a prática do judô nesse espaço chamado Sete de Outubro. Quando eu retomei para esse espaço, os atletas que faziam ali, já tinham um foco diferente do que o que eu praticava antes que era o rendimento. Então, eu praticava de segunda a sexta-feira, duas a três horas por dia com foco no rendimento e isso era diferente do Sete de Outubro, atendia um público diferente. Quando eu retomei, mesmo estando fora da atividade por um grande período retomando, tinha uma certa habilidade muito aquém dos atletas que participavam ali. Então o professor que coordenava as aulas lá no Sete de Outubro, ela é um ex-atleta da Seleção Brasileira de Judô, ele tinha rompido essa questão de competições e estava apenas se dedicando a dar aula, e ele passou a me convidar para frequentar mais lá, fora dos meus horários de treinamento para estar auxiliando nas aulas, daí logo... Isso com seis meses a um ano que

---

<sup>1</sup> Centro Esportivo Cultural 7 de Outubro.

eu estava ali, veio a questão do Projeto Piloto do PELC<sup>2</sup> em Ipatinga, então, naquele momento eu não entendia nada de lazer, o único esporte que eu tinha na cabeça era a questão do rendimento, e eu lembro que veio o pessoal do Ministério do Esporte em Ipatinga, ficaram quatro dias aqui, fazendo a formação, explicando como era o Programa e essa questão do lazer. Então, naquele momento todos os professores e alguns alunos, no caso, foram convidados também para estarem participando, então, foi o primeiro contato e assim, somente, era muito diferente do que eu tinha na cabeça o que era o esporte. E dessa formação, eu me não lembro exato a quantidade de pessoas que participaram, mas era um número muito grande de pessoas que participaram desses quatro dias de treinamento, e eu ainda não tinha na cabeça que era uma seleção para as pessoas que iriam trabalhar, posteriormente, no Programa. Eu participei simplesmente, um professor me convidou, e nesse momento foi o primeiro contato que eu tive com o Cláudio<sup>3</sup> que trabalhava na prefeitura na época e eu não tive contato, e acabou que depois dessa formação, desse treinamento, fui convidado a trabalhar no Programa como agente social. Aí começou a abrir minha cabeça um pouquinho que era o esporte para além da questão da competição, até então eu entendia que o esporte era treinar, treinar e competir. As pessoas fazem as atividades, simplesmente, pela questão do lazer, de ocupar seu tempo livre, pela convivência ali, e eu não tinha isso na cabeça. Então no primeiro PELC em Ipatinga que foi um dos dez pilotos espalhados pelo Brasil, e eu atuei como agente social. Então eu era agente social que ministrava as oficinas de iniciação do judô e isso nesse espaço do Sete de Outubro, e dentro das pessoas que trabalhavam ali como agentes, era um convênio grande em Ipatinga, eu comecei a me aproximar e me interessar pelas questões de controle, de monitoramento da gestão, então, tinha coordenação da Prefeitura, tinham os coordenadores, antes na época era coordenador de núcleo, mas como se fosse o coordenador de núcleo hoje, e aí eu comecei a me aproximar muito dessas pessoas, e assim, sempre passavam alguma tarefa de monitoração, de relatórios, eu lembro que tinha muita dificuldade com a equipe, como um todo em cumprir esses prazos e eu sempre conseguia cumprir de forma satisfatória. Uma vez que terminou esse convênio piloto com a Prefeitura, e ela estava numa época de questão de política de troca de gestão municipal, se encerrou o convênio com a prefeitura e logo na sequência, o Cláudio, Carlos Magno<sup>4</sup>, que

---

<sup>2</sup> Programa Esporte e Lazer na Cidade.

<sup>3</sup> Claudio Gualbertto.

<sup>4</sup> Carlos Magno Xavier Corrêa.

trabalhava na Prefeitura também, explicou que estava pensando em uma forma diferente de se manter o programa que aí entra os convênios com as entidades que eram os consórcios, e algumas dessas pessoas que trabalharam na época como agente ou com os coordenadores, foram convidados para trabalhar nessa nova frente de convênios por meio de entidades, e nesse momento eu saí de agente, vamos de dizer, lá da ponta de ministrar as aulas e fui convidado para trabalhar na coordenação. E nesse momento que eu tive mais contato com o Cláudio, quanto com o Carlos Magno e passei a trabalhar na coordenação do Programa. Tivemos dois, ou três, convênios, não me lembro de cabeça de forma consorciada até chegar esse último que foi maior com trinta e tantos municípios que assim, uma loucura de administrar isso tudo, a gente até brincava que todos os dias nós acordávamos com trinta e tantos problemas para serem resolvidos. Foi uma experiência muito produtiva para mim. Então, eu pego diretamente, onde estou hoje, o fato de ter retomado a questão dos estudos, porque essa fase anterior ao Programa em que eu abandonei o esporte de rendimento, problemas familiares, eu abandonei os estudos também, então assim, o Programa também, eu participando dentro até Cláudio e Carlos Magno sempre puxando minhas orelhas: “Você está trabalhando?” tipo assim. Você demonstra um bom serviço, mas é importante essa questão da formação acadêmica, até abrir um pouco a minha cabeça, demorou um pouquinho, mas hoje eu agradeço, eu acho que se não fosse o Programa, eu nem teria terminado os meus estudos, eu nem teria retornado aos estudos, mas assim, o Programa diretamente do ponto de vista profissional como a questão acadêmica, também eu ter voltado a estudar, é assim, tem influência direta.

P.J. – Tu comentou que começou também como agente e depois passou para a coordenação. Quais foram as principais dificuldades, os apontamentos iniciais dessa tua transição de agente para uma parte mais gestão do projeto?

E.P. – Eu considero que foi um ponto positivo eu ter trabalhado inicialmente como agente, por quê? O meu coordenador me cobrava algumas questões que eu enquanto agente, muitas vezes eu não concordava, algumas tarefas assim, questões de metas do Programa, algumas coisas “mas como que eu vou conseguir isso?” Então, o fato de eu ter trabalhado na ponta, eu ter migrado depois para a coordenação, e a cobrar esse acompanhamento lá dos agentes na ponta, nas reuniões, no auxílio, na forma do Programa funcionar, não vou dizer que de uma forma mais branda, mas me ajuda a entender o questionamento do outro

lado quando você passa uma tarefa, ou uma determinada meta que esteja em uma diretriz do Programa, e o outro lado te retorna as dificuldades. Então isso me facilita muito o contato com as pessoas. De certa forma, o pessoal até brinca, você às vezes é muito bonzinho, umas coisas... Mas eu entendo, eu estive do outro lado. Então é, pegar o caso de hoje: o Programa, cada núcleo estabeleça que tem que ter quatrocentas pessoas inscritas. Então nessas questões tem alguns casos, onde eu trabalhei em consórcios e esses convênios chegavam em municípios muito, muito pequenos, com população pequena; então assim, eu tinha clareza que algumas coisas, não tinha como se alcançar, então isso me facilitou muito na questão da cobrança, na questão da gestão e ajudar a como chegar nos casos.

P.J. – E nessa questão de gestão também, tu tem noção de mais ou menos quantos núcleos vocês possuem hoje e os principais?

E.P. – Hoje no convênio de Ipatinga nós temos dez núcleos, subnúcleos eu já não sei te explicar, mas são dez núcleos com quatrocentas pessoas cada núcleo. Em média, eu tinha um subnúcleo por núcleo, então seria em torno de duzentos, desculpa, vinte pontos em Ipatinga, no convênio hoje de Ipatinga.

P.J. – E tu apontou também algumas dificuldades em relação ao SICONV<sup>5</sup>, tu pode falar um pouco mais sobre isso?

E.P. – O SICONV, eu pude presenciar o início da implementação nesse primeiro módulo, vamos dizer assim, que a gente operou o convênio dentro do SICONV. Eu estava em uma associação de municípios, chamada AMDI<sup>6</sup>, nós tínhamos um convênio lá que chegou em sete municípios. Eu acho que é uma grande ferramenta de gestão, mas em contrapartida também, eu acho que ele foi implementado um pouco de forma atropelada: “a partir de hoje tem que ser no SICONV e vamos”. Eu notei isso, porque a dificuldade não é só dos municípios, a dificuldade também era por parte do Ministério; esse primeiro convênio, por diversas vezes, algumas questões que eram solicitadas para serem inclusas dentro do sistema, e eu procurava estudar a forma de colocar isso tipo: “Gente isso que vocês estão pedindo, isso é inexecutável dentro do sistema, e eu retomava essa questão por parte do

---

<sup>5</sup> Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse.

<sup>6</sup> Associação dos Municípios pelo Desenvolvimento Integrado.

Ministério e o próprio Ministério sabia como fazer aquilo. Então muitas vezes se pedia para se fazer determinada questão e do outro lado, também, não sabia como fazer, simplesmente eu preciso que coloque isso no sistema, preciso que faça isso, mas como fazer isso no sistema? Então, eu acho que assim, é uma grande ferramenta, mas a forma que ele foi implementado eu acho que foi um pouquinho atropelada, eu acho que caberia... Tem a questão financeira também de juntar todos os municípios e dar um treinamento, mas eu não sei a melhor forma de se fazer isso, do ponto de vista do custo também, mas eu acho que ele foi implementado um pouquinho atropelado; hoje, as questões já estão melhores esclarecidas, tem vários cursos online, até de forma gratuita, a própria SER<sup>7</sup>, que administrava o sistema, ela ministrava cursos gratuitos, deslocando as pessoas do município para a capital, no caso, aqui em Minas Gerais, em Belo Horizonte, com isso, facilitou muito. Mas eu vejo que nos pequenos municípios ainda a informação ainda é muito restrita, ter ideia a Prefeitura de Ipatinga tem em torno de seis mil funcionários, eu não tenho aqui na Prefeitura de Ipatinga, dez pessoas que estavam mexendo com o SICONV, então, é muito restrito e o SICONV não é uma ferramenta do esporte, é uma ferramenta que circula na Secretaria de Obras, Secretaria de Educação, Secretaria de... Enfim, toda a administração para questões de recurso federal, então assim, é um avanço, mas a informação ainda está muito restrita.

P.J. – E qual o teu envolvimento hoje com o Programa?

E.P. – Hoje eu trabalho em uma secretaria que faz assessoramento direto ao gabinete da Prefeita, minha função mais específica é o acompanhamento dos convênios, eu tenho uma ligação maior no nascimento dos convênios. Então se o Ministério abre um determinado edital, se um... Seja por edital de chamamento público de concorrências de Projetos ou Emenda Parlamentar, então eu faço essa alimentação do SICONV na implementação e no início da execução, depois eu tento repassar essas informações para as secretarias, até mesmo porquê uma prefeitura do porte de Ipatinga, é impossível a informação ficar em uma pessoa só. Então, enfim, tem uma dificuldade na Prefeitura de Ipatinga, no início, quando eu comecei a trabalhar com o SICONV, porque até então ele tinha, o que a gente chama hoje de OBTV<sup>8</sup>, esse módulo, ele não era obrigatório, ele era um módulo que estava

---

<sup>7</sup> Nome sujeito a confirmação.

<sup>8</sup> Ordem Bancária de Transferências Voluntárias.



ali, vamos dizer assim, evolução ainda dentro do sistema que a partir de determinada data, ele passou a ser obrigatório. Então, isso significa que eu não consigo executar um convênio se não for em tempo real alimentando as questões do SICONV, porque em primeiro momento, a ferramenta, você poderia executar um convênio como um todo e depois você alimentar as informações do SICONV, hoje se não for em tempo real, eu não consigo. Por exemplo, se eu não implementar em tempo real lá, eu não consigo fazer o pagamento da minha folha do pessoal, eu travo o pagamento de todos, eu não consigo comprar os materiais, não consigo essas informações, se eu não estiver em tempo real, eu não consigo e com uma prefeitura desse porte é impossível monitorar convênio de obras, convênio de saúde, convênio da educação, então se mais pessoas não se apropriarem dessa ferramenta, a prefeitura não anda. Então, no início do Programa com os coordenadores, sentei com os coordenadores, sentei com o setor de contabilidade, setor de licitações, explicando passo a passo o que seria a tarefa de cada um e eventualmente, sempre que aconteça alguma questão de não entender o sistema, travou alguma coisa, eu faço esse acompanhamento auxiliar na medida do possível, quando é uma coisa nova que eu também não sei, eu vou buscar essa informação e tento repassar depois. Então a minha ligação no Programa hoje é basicamente assim, auxiliar nessas questões do sistema SICONV e sempre converso com o Cláudio também, na questão com o Cláudio, com um ajuste ou outro, algum problema de núcleo, alguma diligência que chega do Ministério que tenha alguma adequação, no fim a gente sempre conversa em conjunto sobre qual a melhor solução de encaminhamento.

P.J. – E o que tu destacaria do PELC, tanto de positivo quanto de negativo?

E.P. – Olha, o PELC para mim, o primeiro ponto é, isso é até pessoal, para gente quebrar essa questão do esporte só como rendimento, para mim é o principal. No meu caso, como eu falei, eu era atleta de rendimento, só enxergava esse tipo de esporte, não enxergava as outras possibilidades e esse tempo de coordenação que eu circulei em pequenos municípios, a questão de você ter lá uma turma de atividade qualquer, você ter magro, baixo, gordinho, o mais ágil, o menos ágil, participando da mesma turma, você se entretendo ali, todos, sem exclusão que essa turma aqui é a melhor, essa luta, isso pra mim é o maior ganho. Eu tenho muito marcado comigo também as questões das atividades da terceira idade, nesses núcleos, nesses pequenos municípios que nós circulamos na época de convênio quantidades que era de forma consorciada, isso para mim era muito marcante,

muitos idosos que era um grupo ali de convivência, então aquilo era muito significativo, e era sempre triste, ao final do convênio, infelizmente uma entidade, ela não tem condição de manter o programa se não for através de um repasse do Ministério do Esporte. Então esse era um ponto que marcava, vamos dizer de forma negativa, você vê o convênio terminar e as pessoas: “E depois não vai ter mais atividades?” O professor, monitor, não vai ter ali, porque elas se apegam as pessoas que estão ali diretamente dando as oficinas, então isso marcou muito pra mim.

P.J. – E o que tu destacaria que foram os maiores legados do projeto para a sociedade? Tu que trabalhou mais na parte de gestão.

E.P. – Parte de gestão? Eu sinto por causa dos consórcios também, como nós circulamos em municípios de pequeno porte, era impossível eu impor uma coordenação, vamos dizer assim, de Ipatinga para as pessoas, apesar de que na coordenação geral tinham pessoas mais experientes no Programa residente de Ipatinga, eu tinha necessidade de capacitar pessoas locais, então nós sempre... Os agentes, logicamente eram pessoas da comunidade, e a coordenação de núcleo também, nós sempre procuramos identificar pessoas da comunidade. Então, pós-programa, algumas dessas pessoas, nós tivemos casos com essas pessoas que depois desenvolveram outros programas de esporte na sua comunidade, com os agentes também nós temos casos de agentes que vieram, no caso, específicos da Educação Física, a se interessar em fazer um curso de Educação Física por conta da iniciação que teve no Programa. Então, acho que o maior legado eu acho que é despertar a sementinha ali, principalmente, nesses pequenos municípios, interesse dessas pessoas em não simplesmente fazer a prática, mas pensar como funciona, buscar recursos, até hoje eu tenho algumas pessoas que me ligam: “Olha, estou querendo me inscrever para tal projeto em tal ministério, tem como você me auxiliar?” Então esse despertar nas pessoas em buscar outras possibilidades, em captar recurso e não ficar só esperando do poder público também, acho que seria o maior legado.

P.J. – E na tua opinião, o que seria possível fazer pra qualificar o projeto? Tu apontou algumas dificuldades, o que seria possível na tua opinião para qualificar mais?

E.P. – O projeto evoluiu bastante, vamos dizer assim, do seu primeiro piloto, aos consórcios, depois foi vedada a questão dos consórcios, passou a fazer só com poder público, município, estado, faculdade. Mas uma questão que eu sou crítico e vem desde o projeto piloto é a questão de contratação de pessoal, isso eu acho um ponto crítico no Programa, se você pegar a própria lógica do Programa de trabalhar atividades diversas, não só a do esporte, e você colocar o agente ali, não coloca como obrigatório, mas a sugestão que seja um estagiário, você vai um pouco na contramão, porque eu preciso diversificar essas atividades, eu não vou conseguir só um estagiário, então obrigatoriamente eu preciso contratar essas pessoas de outra forma e aí o Ministério não subsidia essa contratação da outra forma, ele passa. Vou pegar o caso do convênio de Ipatinga, a questão do RH<sup>9</sup>, a coordenação toda, o Ministério faz um repasse de 20% para encargos sociais, então, eu faço a contratação, isso não é suficiente como um todo, mas a Prefeitura complementa esses encargos; só os agente, que é quem trabalha na ponta, que é o maior volume, o Ministério repassa o valor da bolsa, simplesmente o valor da bolsa, esse valor da bolsa eu contrato pelo estagiário, mas não é o caso; onde for atividade esportiva, vou conseguir um estagiário de Educação Física, mas um programa não é só para atividades esportivas. Então eu acho que um ponto a ser melhorado: a questão da obrigatoriedade, aí nem é do SICONV não, mas logicamente isso estará dentro do SICONV, mas a obrigatoriedade de você licitar 100% do seu plano de trabalho no início, eu acho isso um grande ponto negativo e eu acho que traz grandes prejuízos para o Programa. Eu entendo a questão também que é justo se você participou de um chamamento, uma concorrência entre projetos, você apresentou determinado projeto e depois quando você vai executar um projeto totalmente diferente, também não acho justo, mas eu acho que 100% você obrigar que solicite aquilo dali 100%, eu acho que é um desperdício, e aí é um caso claro que aconteceu em Ipatinga que você tem materiais ociosos e tem demanda para outros materiais. Se eu gastei dinheiro com materiais que não preciso, e preciso de outro material, então não sei, talvez ali 80% do que está no plano eu obrigatoriamente deva licitar e deixo de reserva para se tiver outra demanda talvez poderia ser uma solução, mas é um ponto que eu acho que merece um carinho por parte do Ministério. Não obrigar isso, eu acho que se estabelecer um percentual menor, eu acho que já seria de bom tamanho de não ter que licitar 100% do seu plano original, porque no decorrer das atividades, principalmente nessa lógica agora que eu tenho planos de, antigamente eram anos, agora eles são maiores, eles ultrapassam no exercício,

---

<sup>9</sup> Recursos Humanos.

se for considerar rendimento, verificando a conta, eu estou de falando de planos que vão ser executados por um período de dois anos. Então eu compro esse material todo lá no início do meu convênio, aí eu tenho, como se for lá, uma oficina de futsal, aí daqui a seis meses eu não tenho mais demanda mais para aquela oficina de futsal, mas surgiu outra demanda no município, “mas eu tenho o material de futsal, eu vou empurrar essa atividade?” Aí vai até contra o que é o Programa, eu vou empurrar a atividade para a comunidade, então é um ponto que eu acho que merece um estudo do Ministério da melhor forma. Inicialmente me vem essa cabeça de 80%, acho que daria um, seria justo do ponto de vista que eu participei de uma concorrência entre projetos com aquilo ali de eu não pegar e comprar totalmente diferente e de certa forma também, eu teria essa margem para comprar algum outro material diferente; inicialmente, lógico, não é o município que vai comprar, ele vai apresentar ao Ministério e vai justificar por que o município também não pode comprar isso aí a vontade também não.

R.R. – Outra coisa, tu tens a possibilidade de nos dar, não a parte do orçamento, de gastos, essas coisas, mas da parte do conteúdo pedagógico de alguns projetos anteriores e do atual. Quando vocês assinam o convênio diz: vamos fazer isso, aquele outro, não vamos entrar no nas questões financeiras, mas o corpo do que é o PELC no planejamento, não sei se você estivesse no de 2004 e estivesse no de agora, saber as atividades e objetivos, seria mais o projeto sobre o aspecto do convênio que abrange a parte pedagógica e não necessariamente a parte orçamentária. As outras coisas que são muito restritas, eu acho que ao município, talvez não queira divulgar, mas... Tá, vai atender tantos núcleos, vai desenvolver essas atividades, entendeu? Só para a gente ver que corpo tinham os outros convênios, que corpo tem esse agora.

E.P. – Dos primeiros convênios, até interessante, em dados eu nunca reparei, nunca fiz esses comparativos não, mas é uma percepção minha: Os primeiros convênios do PELC e até o piloto, eu tive a percepção que ele era muito focado a criança, ele não tinha essa questão nem do adulto e da terceira idade muito isolado, e também a questão da variedade de atividades; acho que no projeto piloto, apesar da ideia do Programa vem para quebrar isso, acabou que ficou muito ali no tradicional...

R.R. – Sim.

E.P. – As atividades de quadra esportiva ali. Em um segundo momento, quando nós partimos para os convênios com as entidades que foram os consórcios dos pequenos municípios, aí na chegada para a criança e adolescente, nós tivemos muita resistência também quanto a questão do futebol, isso era muito forte, a gente tinha uma resistência muito grande nas formações, nas nossas reuniões para levar para a comunidade, e mesmo porque na metodologia que nós utilizávamos no consórcio de aproveitar as pessoas locais para serem agentes. Isso tinha muito forte lá na comunidade e com o esporte, era o futebol, que o esporte para homem era o futebol e o feminino era o voleibol, então, isso era muito forte, para quebrar isso foi muito difícil, nós conseguimos avançar na questão das atividades de artesanato para apresentar para atingir a melhor idade. Nos convênios hoje, eu vejo isso, não chegou a equilibrar não, mas melhorou consideravelmente. Acho que talvez a causa disso é a questão assim, alguns desses municípios receberam o Programa por mais de uma vez, então a vinda dos formadores, sempre batendo nessa questão do esporte não é só futebol, da cultura local: “ah, mas eu só gosto de futebol”, ok, só gosta de futebol, porque só viu o futebol, se não tiver oportunidade de experimentar uma atividade diferente, como que você vai saber se ele gosta ou não? Então do ponto de vista pedagógico, essa questão da formação e da insistência dos coordenadores e vamos fazer diferente, vamos tentar diferente, talvez eu tive ali um aperto entre aspas na questão de volume de inscritos que acaba que você perde entre eu migrar para uma atividade tradicional, e eu colocar uma atividade um pouco diferente, eu não tenho a mesma quantidade e do ponto de vista do Ministério, ele te cobrar também as questões das metas quantitativas. Isso eu acho, do ponto de vista do gestor, ele fica também com um pouco de receio de tentar desenvolver essas atividades diferentes, porque eu tenho uma meta de “x” e eu colocando essas atividades diferentes para tentar despertar o interesse dessa comunidade em contraponto, se eu coloco o futebol, eu atendo a minha meta. Então, também assim, eu entendo o lado disso um pouco, ele está colaborando com o financeiro, ele tem as novas diretrizes, tem as metas, mas talvez pensar numa forma diferente das metas. Até hoje eu vejo que no Ministério tem muito isso, cada lucro é “x” pessoas atendidas; então, se eu quero partir da lógica do Programa que eu vou oferecer diferentes atividades de lazer, sair ali daquele tradicional, eu acho que precisa sim ter uma meta, mas uma flexibilização para fazer isso, porque se não, o outro lado gestor, ele pensa muito nisso: “Eu preciso atingir a minha

meta!” E ele está colocando atividades muito fora do tradicional ali, que em primeiro momento, não consegue captar um número grande de pessoas, eu vejo que isso...

R.R. – Ah, mas é que assim, o outro lado, relação custo/benefício também é muito importante.

E.P. – Sim.

R.R. – Quer dizer que um Programa que poderia atingir quatrocentos, tem população no entorno para quatrocentos e tu só atinge duzentos...

E.P. – Sim.

R.R. – Ele não tem uma efetividade, não é? Paciência. Então assim, a que se conciliar uma motivação e tudo, e por isso a importância das formações, das relações cotidianas, enfim.

E.P. – A formação desses municípios pequenos, só conheciam o tradicional, futebol masculino e o voleibol feminino. Com a chegada do Programa em primeiro momento, ia a criança e o adolescente, não conseguia pegar as outras idades, eu acho que com a formação, os formadores batiam muito, muito nisso, e assim, você tinha resistência do pessoal ali inicialmente: “Você tá maluco, eu dou aula aqui a tanto tempo de futebol!” É difícil quebrar isso nas pessoas de grupos de pequenos municípios, mas evoluiu. Em primeiro momento eu vi que teve um choque na aceitação: “Esse povo está maluco, lazer, o menino quer é competir.” Então eu vejo que isso foi um choque nos pequenos, mas a insistência, os novos módulos... Hoje, por exemplo, a questão de ter não só módulo inicial, o primeiro convênio era no início antes das atividades, tinha um primeiro módulo e ao final do convênio, o fato de ter um introdutório ali no início, depois no decorrer, duas vezes no outro no final, acho que isso foi um ganho.

P.J. – Rejane, tem mais alguma coisa que você queira perguntar?

R.R. – Não, isso é muito bom. Conversando com o Eduardo que ele é de uma nova geração aí, mas que acompanhou todo o processo.

P.J. – Tem mais alguma coisa que eu não perguntei e tu gostaria de comentar?

R.R. – Eu vou te perguntar, hoje uma pessoa que é muito jovem ainda, que já iniciou dentro do projeto da gente, hoje está na assessoria aqui dentro da prefeitura, qual é o futuro que tu vê para o PELC?

E.P. – Olha, o PELC Ipatinga é muito forte, ele tem essa questão da história do seu projeto piloto, já teve outros convênios aqui, ficou um tempo fora, na retomada da gestão, da troca de gestão, nós conseguimos aprovar esse convênio hoje com dez núcleos, e cheguei no mínimo em vinte pontos dos subnúcleos, eu vejo que a comunidade vai cobrar isso, essas atividades, por que? Antigamente, em Ipatinga, nós tínhamos esse espaço Sete de Outubro, que era um espaço privilegiado, só que nós temos bairros muito distantes, então antigamente as pessoas se deslocavam para esse local, hoje isso não acontece mais. Se você não tiver as atividades lá na comunidade, ela não atravessa dois, três, quatro bairros para chegar num local onde tenha atividade. Então com o PELC eu tenho isso hoje, eu tenho atividades espalhadas pela cidade inteira e as pessoas sentem falta disso. Nós estamos num momento político de troca de governo, o convênio vai ultrapassar a gestão pela vigência dele, sem te precisar exato aqui, mas tem no mínimo mais uns oito meses a um ano pra frente ainda, então ele vai ultrapassar essa gestão. A próxima gestão eu não acredito que queira romper com o Programa, agora do ponto de vista do Ministério também, aí já não, é uma crítica minha pessoal também. O Ministério tem feito editais, talvez os três últimos aí, não dá conta de celebrar os convênios daquele edital e lança outros editais; esse último edital, pegar mais específico do PELC o nosso de partido anterior interior, mas o último que o Ministério lançou agora, nós não entramos com o PELC, porque já temos o convênio, tinham outras minhas lá de programas que até concorremos, mas o Ministério não conseguiu pagar o do último edital e já lança um outro edital e não conseguiu pagar nenhum desses novos editais, e aí não sei se na frente está pensando de novo em lançar um novo edital. Então, eu não sei assim, do ponto de vista político também o que ocorre, mas eu acho que poderia rever essa questão. Eu, particularmente, em um município aqui vizinho de Ipatinga, chama-se Santana do Paraíso, é um dos municípios que teve o Programa por duas vezes indiretamente, porque ele recebeu através do consórcio, com o município ele não foi proponente, era entidade, por



duas vezes nesse consórcio ele recebeu as atividades, e quando o Ministério lançou nesse mesmo edital que Ipatinga recebeu, esse município, ele concorreu a esse edital e foi bem classificado, ele ficou em quarto lugar nesse edital. E o Ministério não paga o convênio, e logo em seguida, nesse último agora, lançou outro edital, o município entrou novamente por conta de um critério que eles colocaram lá da questão, acho que é da questão dos espaços; eu não sei muito bem contar, mas eram os espaços “luxeados” como o curso federal, aí esse município não tinha, daí ele teve proposta aprovada, não foi tão bem colocado como na última, e novamente não foi pago, então... Não sei, eu acho que eles deveriam rever essa lógica de sair edital atrás de edital que não é um processo fácil de se montar, o município muitas vezes... No caso desse município, o atual prefeito lá, estava quando, não era prefeito, mas estava no município quando chegou em forma de consórcio; então ele nos procurou e eu auxiliei ele a fazer, mas tem município que muitas vezes depende recursos para contratar, porque não tem pessoa qualificada para escrever uma proposta e é bem qualificada essa proposta... Não é pago esse efetivo, então estou colocando uma questão que eu acho que eles precisam rever, como por exemplo, a gente pegar o caso de Ipatinga, com o caso de continuidade, você deve provavelmente lançar um outro edital novamente, porque ele não pagou esse, vai virar o ano, e aí não sei se está sendo as propostas, nem se vai ter contrato novamente né; eu imagino que a próxima gestão não queira perder um programa que é importante para o município.

R.R. – Quanto por cento é a contrapartida hoje?

E.P. – Obrigatório... Aí não é um caso do PELC, hoje é um por cento no geral dos convênios da União. O de Ipatinga, ele chega aproximadamente, não sei se 9% ou 10%, por conta dessa questão de RH, ao mesmo tempo que ele coloca que é um por cento obrigatório, aí ele pega a lei diretrizes, independente se é do PELC ou não, um por cento são pobres, os custos que o Ministério não cobre. Então a própria lógica de material, eu não lembro aqui de cabeça, mas eles fizeram a divisão lá: é “x” para eventos, “x” para material, “x” para RH. Para material, se eu não me engano, é uma coisa muito fora da realidade, não sei se era seis mil ou oito mil, para dois anos, com dez núcleos, então assim, era um negócio que não existe. Aí o município precisa, talvez na lógica deles, é realmente para o município se comprometer, mas se eu pego município pequeno também, aí eu tenho dificuldade, os municípios não conseguem complementar, pontuar financeiro. Ou não



compra para não ser repensado. Até a questão dos encargos que eu coloquei aqui, Ipatinga ainda não está nos melhores mundos, mas ainda consegue suportar esses encargos, de certa forma. Se eu vou para municípios pequenos, eles não conseguem, o que acaba, que é o que a gente fala que é o convênio de uma vez só: ele vai receber aquele convênio, ele não vai conseguir suportar aqueles encargos, vai contratar de uma forma equivocada e não vai conseguir prestar conta lá na frente. Então o município acaba se enrolando também. Por isso, eu bato muito nessa questão pessoal, porque é recorrente assim, no próprio encontro também, teve nacional, conversando com outros municípios lá, o pessoal assim, sempre com dificuldade no contratar: preciso contratar profissionais de outras áreas, mas em outras áreas eu não tenho estagiária, empurra as responsabilidades para os municípios, onde o município tiver condição financeira, resolvido, ele coloca o dinheiro em um cargo e “ok”, mas em municípios pequenos, os municípios que tem dificuldade.

R.R. – Acha que talvez tivesse que dividir, separar no edital, o município de maior porte, maiores condições com outra e ser diferente?

E.P. – Sim. Até em questão de metas. As metas estabelecem lá: até “x” é de tantos núcleos e tal, mas as metas do núcleo, elas continuam sendo as mesmas e quatrocentas para municípios pequenos, talvez até diminua o repasse, mas coloca uma meta...

R.R. – Mais fácil de se cumprir.

E.P. – Mais fácil de se cumprir, porque é difícil, é difícil de se repassar, em Ipatinga você supera e muito, é muito tranquilo de atingir essa meta, mas talvez essa questão de ter um, não sei, ter uma diferenciação para esses municípios menores.

P.J. – Tem mais alguma coisa que gostaria de comentar conosco?

E.P. – Acho que é isso.

P.J. – Eduardo, mais uma vez, muito obrigada pela tua entrevista.

[FINAL DA ENTREVISTA]